

Reeleição, primeira e última?

Novidade tende a acabar antes da votação de prefeitos

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA – A eleição de hoje corre o risco de ser a primeira e última com chance de recondução dos atuais ocupantes dos cargos executivos para outro mandato. Em caso de reeleição de Fernando Henrique Cardoso, os aliados contarão com apoio da oposição para acabar com a reeleição para prefeitos (2000) e governos estaduais (2002).

“Se acabarem com a reeleição vão dizer que ela só serviu para garantir mais um mandato para o presidente”, protestou o autor da emenda, deputado Mendonça Filho (PE). Hoje, entre os 21 dos 27 governadores eleitos em 94 que disputam o pleito, a maioria está com a eleição ameaçada, constatou Mendonça, para provar que o uso da máquina não

faz o governador. “Uso da máquina existe com ou sem reeleição.” Ele defende regras mais duras para regulamentar as próximas reeleições.

Investigações – Meia centena de denúncias encaminhadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o uso da máquina administrativa atingiram os governadores de Tocantins, Piauí, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Paraíba e Amazonas, com irregularidades que vão desde a confecção de lencinhos refrescantes para os eleitores do Piauí, até o lançamento de cartilhas de autopromoção no Tocantins. No TRE de Mato Grosso do Sul e na OAB-MS, foram abertas investigações para apurar o pagamento de cabos eleitorais e de transporte irregular em Campo Grande. O campeão das denúncias é o governador de Roraima, Neudo Campos, com um total de 30 acusações.

Para o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (SP), candidato à reeleição e um dos que mais se empenhou para aprovar a emenda, é

“inevitável” rediscutir as regras da reeleição para as eleições municipais. “No caso dos prefeitos, em que é mais difícil a fiscalização dos 5,5 mil municípios, temos que criar regras duras ou acabar com a reeleição a pedido dos próprios candidatos às eleições municipais que não estão nos cargos”, defendeu.

Uma reunião dos líderes de todos os partidos será convocada pelo presidente do Congresso Nacional, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Alarmado com denúncias sobre o uso da máquina pelos candidatos aos governos estaduais, Antônio Carlos quer comandar um amplo entendimento entre todos os líderes para colocar em pauta a rediscussão urgente da emenda da reeleição. “Como está não pode ficar”, admitiu. “A reeleição só deve ser mantida para o presidente da República, pois neste caso não houve denúncia significativa sobre o uso da máquina. Mas para governadores e prefeitos precisamos repensar o assunto.”

Antônio Carlos também é simpático à tese da desincompatibilização do cargo para os que vão disputar as próximas eleições, princípio também defendido pelo presidente do PMDB, senador Jader Barbalho, candidato ao governo do Pará.

Arma – Para o vice-presidente da República, Marco Maciel, o sistema deve ser aperfeiçoado. “A reeleição foi positiva. Temos que aprimorar as regras para o futuro, tomando como base as experiências positivas e negativas obtidas durante o atual pleito.”

A reeleição foi considerada uma arma do governo contra a oposição, uma vez que a maioria dos estados estava nas mãos dos governistas. Por isso, o líder do PT, Marcelo Déda (SE), e o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral, aceitarão participar da mesa de entendimentos para rediscutir a emenda. “Aceitamos até discutir o aumento da duração do mandato presidencial, se for necessário para acabar com a reeleição.”